

O feminino perigoso no discurso estrutural machista

The dangerous feminine in sexist structural discourse

Thalita Lacerda Nobre

1

Resumo

Este trabalho objetiva discutir, brevemente, sobre a concepção de machismo estrutural a partir das relações humanas ao longo dos tempos. Para isso, são utilizados saberes da psicanálise, filosofia e sociologia que problematizam a ideia da figura da mulher como, inicialmente perigosa, uma vez que impediria a sublimação das paixões e do desejo masculinos. Obteve-se que, na contemporaneidade, pode ocorrer um acirramento das diferenças, a medida em que as mulheres ocupam espaços públicos e se adaptam a lugares de deliberação, o que denota ao homem também uma transformação e ocupação de espaços e lugares inéditos.

Palavras-chave: machismo estrutural; feminino; homem.

Abstract

This work aims to briefly discuss the conception of structural machismo based on human relationships over time. For this, knowledge from psychoanalysis, philosophy and sociology is used, which problematizes the idea of the figure of women as initially dangerous, as it would prevent the sublimation of male passions and desire. It was observed that, in contemporary times, differences may worsen as women occupy public spaces and adapt to places of deliberation, which also denotes for men a transformation and occupation of new spaces and places.

Keywords: structural machismo; feminine; man.

Introdução

Do ponto de vista filosófico, desde o período da Antiguidade, o feminino se apresenta concebido como algo que se submete ao masculino. Um exemplo a ser destacado é a concepção Aristotélica sobre o papel da mulher, dos filhos e dos escravos diante do homem varão. Segundo o estagirita, as relações interpessoais e políticas de um indivíduo são fundamentadas na natureza dos seres humanos. Sendo assim, as mulheres deveriam ocupar um espaço de inferioridade diante do varão.

E algumas de suas importantes contribuições para o pensamento filosófico, encontra-se em Política I uma descrição do modo de constituição familiar, considerando que a relação entre o marido e a esposa se constituiria pela função instintual e natural de reprodução, uma vez que todos os seres animados possuem em suas naturezas a busca pela reprodução. Em Política II, o filósofo complementa com o pensamento de que, uma vez que o instinto de preservação pertence a natureza dos seres animados, o é também o estabelecimento de relações, dentre elas a fundamental, entre senhor e escravo. Nesse sentido, aquele que se torna capaz de decisões e ações adequadas ao funcionamento da humanidade é capaz de tornar-se senhor. Ao passo que aquele que tem força para executar as deliberações tornar-se-á escravo.

Ainda nessa linha, mas voltando para o meio familiar, Aristóteles apresenta que a relação entre pais e filhos também deveriam seguir o princípio da hierarquia, uma vez que os pais têm mais idade e mais

1 Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Santos. Docente do Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

sabedoria e, portanto, devem exercer a autoridade sobre os filhos. Ao filho varão, em específico, é destinado também o poder político, além do poder de autoridade sobre sua família e escravos. Em suas palavras, “Tal como toda a família está sob o domínio do membro mais velho, assim também sucede nas colônias devido ao parentesco entre os seus membros. É o que diz Homero: ‘Cada um dita a lei aos filhos e às mulheres’.” (Aristóteles, 384-322a.c/1998, p. 53). Isso porque, a constituição anímica dos submissos os levariam naturalmente à condição de subordinação. Entretanto, para a mulher haveria uma diferença a ser considerada, pois apesar de a mulher possuir uma força deliberativa, não controla de modo racional seus desejos, o que impede de usar a razão e por isso, deve ocupar o espaço privado, em submissão ao marido.

É interessante destacar que a figura da mulher com frágil capacidade de uso razão em detrimento a cessão de suas paixões e instintos aparece na bíblia cristã sob a figura de Eva, que escuta o que a serpente diz e instiga à experimentação passional, divergindo do divino e, com isso, levando à expulsão, junto de Adão do paraíso. É essa mitologia que fundamenta a humanidade, submetendo-a ao pecado, à dívida com a figura de Deus (Bíblia, 2023).

Mais adiante, no livro sagrado dos cristãos, a figura de Maria, que gesta, dá à luz e acompanha Jesus durante sua passagem pela humanidade, pode ser considerada um ícone possível a remissão dos pecados. A salvação para as fugazes e destrutivas paixões estaria na compaixão da mãe de Jesus.

Seguindo um pouco adiante na história, é possível observar que as mulheres, mesmo que se inspirassem em Maria, nasceram fora do paraíso como Eva e tiveram participações no destino da humanidade de construção e destruição.

Feminino e psicanálise

Freud iniciou seus estudos buscando compreender sobre os sintomas femininos. Para isso, analisou homens e mulheres. Com a evolução de sua teoria, o entendimento sobre a correlação entre feminino e masculino também evoluíram. Para ele, o feminino estaria na base da constituição da feminilidade e da masculinidade.

Em “O mal estar na civilização” (1930), Freud traz a contextualização do papel da mulher e do homem no trabalho de civilização. Aí

poderia estar localizada uma explicação possível para o enraizamento do pensamento machista. De acordo com ele, o trabalho de civilização tornou-se assunto masculino, pelo difícil exercício de realizar sublimações. Para realizar essas tarefas, teriam que extrair energia das mulheres e da vida sexual.

O constante investimento em assuntos externos à mulher, inclusive os alienaria dos deveres de marido e pai, o que poderia levar a atitudes hostis para com ela. O feminino é enigmático, por isso, a mulher, portadora do feminino torna-se enigmática.

Em um outro texto, intitulado “Análise terminável e interminável” (1937), Freud, a fim de discutir sobre o desejo feminino (com o famoso questionamento: “o que quer uma mulher?”), propõe que existiria uma feminilidade originária (tanto para os homens quanto para as mulheres) e o encontro com essa feminilidade provocaria medo e terror, daí a ideia de que a civilização moderna viveria um “repúdio da feminilidade”, já que isso poderia levar ao encontro da condição humana, vulnerável e sem controle pulsional.

A respeito da busca civilizatória de repressão do mundo pulsional e tentativa de reorganizá-la para outras formas de descarga, Marcuse, na obra “Eros e Civilização” propõe que a satisfação pulsional é, em si, contrária à construção civilizatória. Em suas palavras:

O Eros incontrolado é tão funesto quanto a sua réplica fatal, o instinto de morte. Sua força destrutiva deriva do fato deles lutarem por uma gratificação que a cultura não pode consentir: a gratificação como tal e como um fim em si mesma, a qualquer momento. Portanto, os instintos têm de ser desviados de seus objetivos, inibidos em seus anseios. (MARCUSE, 1977, p. 33)

Nesse sentido, estaria instalado aí o conflito fundamental de busca por satisfação e cerceamento do próprio instinto. A civilização precisa, com isso, direcionar a saídas possíveis, que garantam sua sobrevivência e evolução, ao mesmo tempo que almeja, de modo inconsciente, por essa satisfação primordial. É esse movimento que permite a instauração de um novo modo de funcionamento psíquico, desde a etapa mais tenra da infância: o

princípio da realidade, que se instala em progresso ao princípio do prazer.

É esse princípio que garantirá aos seres humanos uma espécie de organização social e cultural e o estabelecimento de leis fundamentais que asseguram a vida interpessoal. Para isso, o indivíduo, incluso no estatuto civilizatório, se vê impelido a renunciar às paixões em prol de uma construção posterior que traga a sensação de segurança. Isso deve ocorrer tanto do ponto de vista do grupo quanto individual, sendo atualizado a cada geração, em cada momento histórico e cultural, se o desejo for o de trabalhar em prol da existência e atualização da civilização.

Marcuse (1975, p. 34) acrescenta que a substituição do prazer pela realidade, do ponto de vista do grupo, isto é, “filogeneticamente, ocorre primeiro na *horda primordial* quando o *pai primordial* monopoliza o poder e o prazer, e impõe a renúncia por parte dos filhos”. Isso significa que a mensagem transmitida, em certa medida, é a de submissão ao poder e entrega do prazer em nome do pertencimento e da segurança. Um acordo firmado pelo inconsciente e, de alguma forma, incontestável.

Do ponto de vista da formação individual, o autor escreve que: “ontogeneticamente, ocorre durante o período inicial da infância, e a submissão ao princípio de realidade é imposto pelos pais e outros educadores” (Idem, p. 34). Desse modo, a recusa ao estatuto civilizatório representaria a cisão com a realidade compartilhada e, também uma inconformidade com cláusulas fundamentais ao pertencimento social.

Em continuação a essa condição de submissão à lei apresentada pelo pai primordial, na metáfora apresentada por Freud, os filhos entram em rebelião em busca do poder de domínio realizado pelo pai. A formação do grupo filial que visa deter o controle do grupo se desenvolve “...para dar origem a um domínio social e político institucionalizado” (MARCUSE, 1975, p. 35). Sendo assim, “o princípio de realidade materializa-se num sistema de instituições. E o indivíduo, evoluindo dentro de tal sistema, aprende que os requisitos do princípio de realidade são os da lei e da ordem, e transmite-os à geração seguinte” (Idem, p. 35).

Deste modo, as representações sobre os lugares de poder e domínio são transmitidas entre

gerações, o que nos permite associar aos lugares que são destinados a todos os pertencentes do clã, como as mulheres, crianças, adultos e idosos. Especificamente daí que surge, conforme citado anteriormente, o lugar destinado à mulher na construção da civilização e a lógica que justifica o rechaço ao que poderia representar riscos ao controle pulsional, detectado pela presença do feminino, o ser perigoso.

No texto “Feminilidade” (1933), Freud, direciona suas reflexões sobre a constituição psíquica feminina, pela via do complexo de Édipo e complexo de castração e apresenta a ideia de que as relações edípicas femininas se constituem de um modo singular, não mais *mutatis mutandis* à masculinas, conforme postulou anteriormente, em sua obra.

Utilizando a castração como principal eixo da constituição psicosssexual, Freud pode sugerir que o temor masculino à castração residiria no fantasma da perda do falo, daí a ideia terrorífica de estar submetido a um outro homem. O terror poderia ser intensificado diante da submissão a uma mulher.

Para as mulheres, a compreensão freudiana é a da constatação da ausência do falo, como fator marcante para a entrada no complexo de Édipo, a reivindicação desse falo perdido serviria como defesa diante do perigo do retorno de resíduos primitivos da história libidinal com sua mãe.

Em ambos os sexos os sujeitos experimentam o “repúdio à feminilidade” como central à angústia de castração produzindo os mecanismos de defesa como seu principal corolário, seja do ponto de vista da singularidade, seja na formação dos grupos e seus objetivos de reivindicação.

A feminilidade é trazida à baila por Freud, ao longo de sua obra, a partir do sofrimento histórico, porém, trabalhado, durante o percurso como conceito que traz paradoxos e contradições ao humano. Se a feminilidade precisa ser repudiada é porque apresenta caráter perigoso a uma ordem e pensar a esse respeito leva a transformações não somente no papel feminino quanto no masculino (Birman, 2017).

Pensando sobre a lógica do “repúdio à feminilidade”, podemos observar diversos movimentos culturais que, ao longo da história mundial foram se apresentando. Um dos mais atuais, responsável

pela organização social mais próxima da atualidade foi o período compreendido como a Era moderna, marcada pelos conflitos da Revolução francesa, no século XVIII, que podem ser observados como importantes para a inauguração do pensamento científico como modo de compreensão da vida cotidiana, além do ideário de que a natureza humana, uma vez dominada, poderia conviver em um Estado em busca de igualdade, liberdade e fraternidade entre os sujeitos.

Apesar da perseguição de uma utopia, o período histórico em que se instaura a Revolução francesa pode ser considerado o responsável pela criação da figura do homem e família burguesa, com separação bem delimitada dos papéis entre homens e mulheres, na era moderna.

A diferenciação entre vida pública e privada se tornou bem delineada. Aos homens caberia os papéis da vida pública e às mulheres, as obrigações da família e vida privada. Porém, diante dos ideários de igualdade, a mulher buscou reivindicação de seu lugar.

Sobre isso, o psicanalista Joel Birman comenta que entre os séculos XVIII e XIX, “o que a figura da mulher reivindicava era a plena igualdade de direitos com a figura do homem, no *espaço público* e no *espaço privado*. Porém a governabilidade adquirida pela mulher ficou restrita ao espaço privado da família” (2001/2011). Nesse sentido, o questionamento sobre os lugares ocupados por homens e mulheres nos espaços públicos e privados levou a desconstrução de identidades e reposicionamentos sociais.

Ao longo do século XIX, com o acirramento do movimento feminista, as mulheres se colocaram de modo atuante lutando por direitos do espaço público, como por exemplo, pelo direito ao voto e outros direitos sociais. A reivindicação foi pela igualdade de direitos, uma forma de adequar os ideais iluministas às demandas modernas. Nesse bojo, se fortalece a imagem da mulher na condição efetiva de mãe, o que a diferenciaria do homem.

Nessa base surgem alguns autores, como Badinter, que no final do século XX, se propõe a destacar o amor materno como um mito social que pode ser questionado, uma vez que a maternidade se configura de acordo com o contexto histórico e social da família. O vínculo é construído e transmitido, fazendo parte de um discurso subjetivo individual e cultural, que se modifica em práticas

e tradições ao longo dos tempos e das formas de organizações sociais (Badinter, 1985).

De acordo com Foucault, a evolução da mulher no espaço público ocorre ao mesmo tempo que operam novas exigências do fazer biopolítico. Segundo o autor, uma das exigências do período moderno seria a de bom cuidado dos recursos materiais que cada território ofereceria. Nesse caso, o melhor cuidado que poderia se dar aos recursos materiais era boa qualidade de vida para a população. Sendo assim, a exigência de bom cuidado das crianças recaiu sobre a mulher, no exercício da maternidade.

Apesar disso, conforme citado anteriormente, ao longo das transformações sociais, o papel masculino e feminino na organização dos espaços, sobretudo a partir do século XX, se reorganizou, uma vez que houve desconstrução da importância fundamental de cada um em cada papel. E, nesse sentido, Birman (2001) ressalta que se a lógica fálica é o eixo primordial para a separação entre espaços, ser ou não ser o falo delinearía muito mais profundamente o campo da diferença sexual.

Machismo, feminino e ocupação do trabalho

Nos anos 60 e 70 do século XX, com a difusão da pílula anticoncepcional e a expansão dos movimentos feministas, a mulher passou a ocupar de maneira mais aberta o espaço público, não deixando de se sentir exigida quanto ao bem-estar dos filhos e família.

As organizações do trabalho foram se estruturando, a partir do século XX, como estruturas hierarquizadas, com formato piramidal, como espelho do modelo político e familiar. Os cargos e papéis definidos foram pensados e estruturados de acordo com as necessidades de cada empresa e o papel que desempenha onde se estabeleceu.

O filósofo contemporâneo Luc Ferry, em sua obra “A revolução do amor: por uma espiritualidade laica” (2012), postula que a contemporaneidade pode ser definida como um segundo período de globalização. O autor a define do seguinte modo:

O que vai caracterizar a segunda globalização, a que só alcança sua plena força na segunda metade do século XX, com o nascimento dos mercados financeiros, que se tornam instantâneos graças à

invenção da internet, é uma 'queda', no sentido bíblico, ou platônico, do termo. Dito de modo mais simples, a grande revolução das Luzes a que acabamos de nos referir vai *despençar*², vai cair numa infraestrutura, a do capitalismo, dentro de uma economia alucinadamente competitiva, na qual ela vai mudar radicalmente de significado. (FERRY, 2012, s/n)

Nesse sentido, as demandas da nova organização social e do trabalho reorganizam o espaço e o desejo humanos. De acordo com Ferry, a passagem para essa nova forma de humanismo pressupõe a transferência de ideias iluministas para as ideias competitivas, isto é, a lógica de liberdade, igualdade e fraternidade que se volta para o grupo, para todos, desloca-se para o ideal da concorrência, norteados pela lógica automática e anônima. A inovação torna-se o bem a ser perseguido, diante da "mercantilização do mundo", conforme o próprio filósofo define.

É nesse bojo que observamos a presença mais intensa das mulheres no espaço público e nas organizações sociais e do trabalho. Diante disso, a sociedade, obrigatoriamente realiza alguns ajustes. O pensamento subjetivo de homens e mulheres direcionam-se a percepção de uma realidade em comum, porém a estrutura do psiquismo, conforme Freud apresenta, se diferencia em cada um.

O "repúdio à feminilidade" pode se encontrar incluído no discurso em sujeitos de ambos os sexos e gêneros, mas a presença do outro (ou outra) em sua diferença e no mesmo espaço de ocupação invoca o sentimento terrorífico ocasionado quando o sujeito está diante do enigmático, do estrangeiro, portanto, do inquietante. Por isso, diante do terror do enigma do desejo do outro, bem como do desejo do próprio sujeito, uma saída primordial para o conflito poderia ser o de desonrar aquele que provoca esse sentimento.

Além disso, o movimento de unir-se a sujeitos que se identificam e partilham de sentimentos idênticos é comum ao humano e nesse sentido, diante do sentimento terrorífico podem surgir de indivíduos e grupos, por isso, as manifestações machistas e dúvidas quanto à competência e capacidade das mulheres em liderar, decidir, planejar, executar projetos e ocupar espaços distintos.

É importante ressaltar que as manifestações que delimitam o grupo e exclui o sujeito identificado como distinto tem função de proteção aos ataques intoleráveis percebidos pelo próprio grupo.

Com relação à discriminação do homem à mulher, uma compreensão possível seria a de que a imagem da diferença concebida desde a Era moderna seria de reafirmação da mulher como sujeito sensível e passivo, sem as condições necessárias para a ocupação de determinados espaços da organização do trabalho e da vida pública. Alguns cargos como de secretária ou atendente estariam mais visíveis às mulheres diante da representação social de imagem daquela que cuida, organiza e não delibera.

De acordo com a cientista social Mary Drummond, em seu estudo nos anos 1980 do século XX, o discurso machista estaria presente como representação de dominação de um gênero sobre outro, o que demonstraria a presença de instituições de controle sobre os corpos, tal como proposto por Foucault.

De acordo com Minayo, no campo da Psicologia social, este discurso no ambiente de trabalho pode ser pensado, porque na sociedade brasileira estaria arraigada a ideia concebida do masculino como "sujeito da sexualidade" e o feminino como objeto. A autora complementa escrevendo que: "na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar de ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o "impensado" e o "naturalizado" dos valores tradicionais de gênero" (MINAYO, 2005, p. 23-4).

Conforme a autora propõe, a concepção de uma sociedade de base patriarcal, oferece lugares distintos para cada sujeito de acordo com seu gênero. E, conforme podemos pensar a partir de Freud em "Psicologia das massas e análise do Eu" (1921), a formação de grupos torna o pensamento coletivo. Em outras palavras, se levarmos essa ideia para o cenário das organizações do trabalho e instituições de vida pública, podemos pensar que cada indivíduo traz consigo sua subjetividade formulada a partir da interação com seu meio social. As percepções de cada sujeito formam o todo do organismo vivo que é a organização. E é nessa perspectiva que aparecem os pensamentos e atitudes que propagam o discurso machista para

2 Grifos do autor

homens e mulheres.

Em ocasião de grupo ou mesmo na corriqueira tarefa de convivência com outros sujeitos, os sentimentos de competição e rivalidade tendem a emergir entre si, sobretudo porque está em jogo, conforme Freud postula, a presença de uma figura de líder. Seja na vida familiar, social ou nas relações de trabalho, a rivalidade e competição aparecem porque há uma imagem de liderança a ser alcançada pelo desejo de tomar seu lugar ou venerá-lo.

É possível pensar, nesse sentido, que à medida que as mulheres passam a ocupar espaços que levariam à liderança, podem se tornar, também, participantes da competição e rivalidade. O lugar reservado à mulher, como companheira e incentivadora do homem, sem competição nos serviços e cuidados domésticos se dissolve na mesma proporção que o homem pode desocupar seu espaço de protetor, provedor e responsável pela família e esposa.

Nesse movimento há um sofrimento, porque lugares desconhecidos a serem ocupados geram estranhamento e angústia. Diante disso, pode haver uma tendência à regressão ao espaço já conhecido e, com isso, uma tentativa em minimizar o desconhecimento sobre si.

Considerações finais

É dessa forma que podemos pensar sobre a emergência atual de discursos radicais de machismo e feminismo, em que coloca um sujeito e o outro em posição acirrada de competição e destruição do outro, uma representação do modo de organização da segunda etapa da globalização, pautada na competição, conforme discutido anteriormente, a partir do postulado pelo filósofo Luc Ferry.

O enigma do outro sexo também apresenta o enigma da diferença e do risco da ruína do edifício identificatório de cada um. O outro, sempre considerado como estrangeiro, na subjetividade individual e dos grupos, sai de seu espaço e invade terras psíquicas estrangeiras. Isso ocorre como as invasões de povos à outras culturas. O estranhamento é inevitável e o risco da perseguição é iminente.

A fim de evitar o acirramento da perseguição à diferença, uma saída possível poderia ser a discussão sobre o tema e a reflexão das práticas individuais e coletivas que tendem a segregar,

marginalizar, à estereotipização e violência.

Deste modo, a psicanálise, como instrumento de investigação do inconsciente permitiria a condição para a busca da própria diferença em si, tanto no sujeito individual quanto em sua inclusão nos grupos culturais. Conforme Birman complementa, em uma entrevista para a “Revista latino-americana de Psicopatologia fundamental” o mal estar contemporâneo pode ser aplacado, na medida do possível com o oferecimento da psicanálise como forma de acolhimento, já que “...o discurso psicanalítico pode ser um ponto fundamental para criar novas formas de agenciamento no campo social, que ofereçam a possibilidade de organização dessa subjetividade [contemporânea] (...).nas quais esses indivíduos possam encontrar alguns pontos de ancoramento para se organizar, com uma identidade um pouco mais consistente, eu não diria sólida, porém mais consistente.” (Pereira, 2001, p. 172). Nesse sentido, a transformação de lugares levaria a um lugar de sofrimento e desencontro, o que produziria mais desamparo e angústia. Em contrapartida, a psicanálise poderia ser esse lugar de amparo e estruturação a fim de possibilitar novas construções e reconstruções.

Referencias

- Aristóteles (1998). Política. Trad. Antonio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Coleção Vega Universidade/Ciências sociais e políticas, (Originalmente publicado entre os anos 384-322a.c.).
- BADINTER, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BÍBLIA. (2023). Bíblia Sagrada. Tradução de Fernando. 3ª Edição. Rio de Janeiro - RJ: Editora NVI.
- Pereira, M. E. C. (2001). Entrevista com Joel Birman. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(2), 168-172.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise* Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de psicanálise*, 40(72), 47-62.
- Birman, J. (2011). As mulheres desejam o poder?. *Psicologia Clínica*, 23(Psicol. clín., 2011 23(1)), 15-32. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100002>
- Connell e Messerschmidt. Repensando a masculinidade hegemônica. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013
- Drumont, M.P. (1980). Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 81-85.
- Ferry, L. (2012). A revolução do amor: por uma espiritualidade laica. Versão Kindle.
- Foucault, M. (2008). Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e análise de ego. In *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII, pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1921)

- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI (pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1930)
- Freud, S. (1980). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 239-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Marcuse, H. (1999). Eros e civilização: Uma interpretação filosófica dopensamento de Freud. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. (Originalmente publicado em 1959).